

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Gazeta Mercantil

Class.: Mata Atlântica

Data: 05 e 07/03/94

Pg.: 12 24

PLANEJAMENTO

Novos projetos do Vale do Ribeira terão de aguardar conclusão do macrozoneamento

por Neuza Serra
de São Paulo

Qualquer projeto de grande impacto ambiental, como a usina hidrelétrica de Tijuco Alto, da Companhia Brasileira de Alumínio - CBA, a ser implantado no Vale do Ribeira, litoral sul do Estado de São Paulo e maior patrimônio de Mata Atlântica do País, dependerá da conclusão do macrozoneamento econômico-ecológico da região que está sendo feito pela Secretaria Estadual do Meio Ambiente. Essa foi uma das recomendações aprovadas sexta-feira, por unanimidade, pelo Conselho Estadual do Meio Ambiente (Consema).

As recomendações constam do relatório elaborado pela Comissão Especial do Consema que analisou projetos e propostas para o Vale do Ribeira de instituições governamentais e privadas.

O primeiro resultado do relatório foi a agilização do macrozoneamento. Edis Milaré, secretário estadual do Meio Ambiente, disse que já foi preparado cronograma físico-financeiro do macrozoneamento e encaminhado



João Paulo Capobianco

para a Secretaria Estadual do Planejamento para a obtenção de crédito suplementar. O macrozoneamento, que servirá como roteiro para os investimentos públicos e privados da região, deveria ter sido concluído no ano passado, mas parou por falta de recursos.

Segundo João Paulo Capobianco, representante dos ambientalistas no Consema e superintendente da SOS Mata Atlântica, sem uma diretriz de desenvolvimento para o Vale do Ribeira é te-

merária a implantação de qualquer projeto de grande vulto. Projetos como do Tijuco Alto, por exemplo, poderão ter conseqüências irreversíveis para a região.

O relatório da Comissão do Vale do Ribeira evidenciou a inexistência de um plano integrado de desenvolvimento para a região. Segundo a comissão, a falta de visão sistemática na formulação de políticas públicas setoriais gera um conflito de diretrizes e sobreposição de atribuições e de atividades das instituições atuantes na região.

Para Capobianco, não se conhece com detalhe a região. Ele avalia que a aprovação deste relatório é um avanço, pois o Consema, antes de entrar no mérito das obras, procurará conhecer minuciosamente a região.

Maior patrimônio de Mata Atlântica do País, o Vale do Ribeira é cobiçado por grupos privados e pelo próprio poder público, por seu elevado potencial hidrelétrico. A Companhia Energética do Estado de São Paulo (CESP) tem projeto de três usinas para a região. Última reserva de água pura em abundância no estado e, segundo Capobianco, a bacia do Ribeira é de preservação, o Vale do Ribeira abriga 984 mil hectares de remanescentes contínuos de Mata Atlântica, sendo que 56% de todas as reservas do estado inteiro e cerca de 10% das que ainda existem no País estão na região. É uma preciosa reserva de espécies ameaçadas de extinção, de-

clarada pela Unesco reserva da Biosfera e patrimônio da humanidade. O Vale do Ribeira também abriga importantes sítios arqueológicos e o maior patrimônio espeleológico do País.

Nas recomendações do relatório também foi aprovado que a Secretaria de Recursos Hídricos, Saneamento e Obras priorize a implantação do Programa de Aproveitamento Múltiplo dos Recursos Hídricos do Vale Ribeira; que o governo do estado agilize a regularização fundiária da região e que determine-se que a Secretaria de Planejamento e Gestão elabore o Plano de Desenvolvimento do Vale do Ribeira, considerando as diretrizes gerais a serem estabelecidas com a participação da população.

A Comissão do Vale do Ribeira conclui que a falta de uma política de desenvolvimento não permite dimensionar as reais repercussões e interferências que empreendimentos governamentais e privados propostos terão sobre o desenvolvimento socioeconômico do Vale do Ribeira.

Para a Comissão, a falta de diretrizes, agravada pela morosidade das ações de regularização fundiária, tem como decorrência direta a dispersão e perda dos parques recursos financeiros, humanos e materiais disponíveis para essa região historicamente alijada do processo de desenvolvimento do estado, com o comprometimento de seu valioso patrimônio natural e cultural.